PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2024

GUIA PARA DOCENTES DE

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Chefe da Casa Civil
João Carlos Ortega

Secretário de Estado da Educação
Professor Roni Miranda Vieira

Chefe de Gabinete
Camila Prade Conte

Diretor-Geral
João Luiz Giona Junior

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar
Graziele Andriola

Diretor de Tecnologia e Inovação
Claudio Aparecido de Oliveira

Diretor de Educação
Anderfábio Oliveira dos Santos

Chefe do Departamento de Desenvolvimento Curricular
Ane Carolina Chimanski

Coordenadora de Currículo
Camila Flávia Fernandes Roberto

Coordenador do Ensino Médio
Abimael Fernando Moreira

Assessoria Pedagógica do Novo Ensino Médio
Mauren Martini Lobo
Juliani Poltronieri Emerenciano Horst

Redatores
Francine Cruz Grison
Lucas Camargo Tonatto
Marcos Antonio Gomes

Revisão
Camila Torres de Souza
Suellen Rodrigues
Peterson Herman

Projeto Gráfico
Joise Lilian do Nascimento

Diagramação
Silvio Turra

CURITIBA
2024

GUIA PARA DOCENTES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O QUE VOCÊ ENCONTRA NESTE GUIA

1. O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA E QUAL SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO NOVO ENSINO MÉDIO? 2

2. COMO A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA VEIO A SE TORNAR UMA UNIDADE CURRICULAR? 8

3. COMO DESENVOLVER A UNIDADE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA? 9

4. COMO PLANEJAR AS AULAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA? 12

5. COMO REALIZAR A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA UNIDADE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA? 15

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS 21

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Apresentação

Bem-vindo, Professor(a)!

Este Guia tem como principal objetivo convidá-lo a conhecer a proposta da Unidade Curricular Educação Financeira, que faz parte da arquitetura curricular no Novo Ensino Médio do Paraná, e é fundamental para aprofundar e ampliar os conhecimentos dos estudantes, preparando-os para prosseguir com seus estudos, resolver problemas da vida cotidiana e exercer de forma crítica e sustentável sua cidadania. E você, professor, tem um papel fundamental nesse sentido. Seu olhar, sua capacidade de observação e seu conhecimento irão contribuir para fomentar o protagonismo dos estudantes.

Atuar como docente em Educação Financeira é um convite a refletir sobre as demandas e necessidades do mundo contemporâneo e estimular a busca por soluções criativas para temas do cotidiano a partir de saberes socioeconômicos desenvolvidos em sala de aula. Assim, este Guia pretende trazer contribuições significativas para que essa trajetória de redescobertas seja bem-sucedida!

Vamos lá?

1. O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA E QUAL SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO NOVO ENSINO MÉDIO?

Desde 2021, o Estado do Paraná adota em seu currículo para a Rede Estadual de Educação Básica a disciplina de Educação Financeira (EF). Com as mudanças promovidas para o Novo Ensino Médio (NEM), a Educação Financeira também passou a ser considerada uma Unidade Curricular que compõem a Parte Flexível Obrigatória (PFO) do currículo dessa etapa educacional. Como Unidade Curricular, a Educação Financeira está presente nas três séries do NEM e, de acordo com a Portaria n.º 1.432/2018, deve estar relacionada aos Eixos Estruturantes Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

Enquanto **Unidade Curricular**, entende-se: "o conjunto de conhecimentos que mobilizam saberes de mais de uma Área de Conhecimento, a partir da contextualização e interdisciplinaridade" (PARANÁ, 2023a, n.p.).

Dentre as mudanças promovidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destaca-se a aprendizagem por meio de **competências** e **habilidades**, possibilitando aos estudantes uma compreensão de conhecimentos menos hierarquizada e uma aprendizagem mais significativa.

Dessa forma, na BNCC, competências e habilidades são entendidas como,

> a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p.8)

A Educação Financeira, como Unidade Curricular, precisa estar pautada em eixos teóricos sólidos e, para tanto, apresenta-se algumas definições. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico[1] (OCDE, 2005), **educação financeira** é definida como,

> o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão dos produtos e conceitos e, através de **informação, instrução** e/ou **aconselhamento** objetivo, desenvolvem as competências e a confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde procurar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar o seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005, p. 11, tradução nossa)

1 A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com sede em Paris, França, é uma organização econômica intergovernamental com 38 países membros, fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial, dedicada à promoção de padrões convergentes em vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais.

Neste contexto, destaca-se que,

> A **informação** envolve fornecer aos consumidores fatos, dados e conhecimentos específicos para torná-los conscientes das oportunidades, escolhas e consequências financeiras;
> A **instrução** envolve garantir que os indivíduos adquiram as habilidades e a capacidade de compreender termos e conceitos financeiros, por meio do fornecimento de treinamento e orientação;
> O **aconselhamento** envolve fornecer aos consumidores aconselhamento sobre questões e produtos financeiros genéricos, para que possam fazer o melhor uso das informações e instruções financeiras que receberam. (ibid., tradução nossa)

Segundo a OCDE (2005), embora haja alguma sobreposição entre educação financeira e proteção do consumidor pelo fato de ambas prestarem informações sobre questões financeiras, existe uma diferenciação fundamental entre elas. Enquanto a educação financeira complementa a informação prestada com o fornecimento de instruções e aconselhamento, a proteção ao consumidor enfatiza a legislação e a regulamentação, exigindo que as instituições financeiras forneçam aos clientes informações adequadas e reforçando a proteção legal dos consumidores quando ocorre alguma infração. Além disso, é importante destacar que a Educação Financeira também não pode ser confundida com análise de dados financeiros, bolsa de valores e mercado financeiro, mas está intrinsecamente ligada ao cotidiano dos estudantes e de suas famílias.

Outra importante definição para educação financeira é a apresentada por Monteiro (2023), que a destaca como

> a capacidade das pessoas tomarem decisões sábias, em função ao desenvolvimento de como lidar e gerir seu dinheiro, a fim de participar de forma mais segura e responsável na economia da sociedade, beneficiando o adimplemento e outros fatores envolvidos, até mesmo emocionais, pois pessoas com dívidas andam mais preocupadas, desesperadas e podem sucumbir sua vida financeira em meio aos apelos de um mercado cada vez mais competitivo. (MONTEIRO, 2023, p. 18)

Além disso, como defendido na Orientação para Educação Financeira nas Escolas presentes no Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF),

> A educação financeira, além de informar, também forma e orienta indivíduos que consomem, poupam e investem de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo. (ENEF, 2017, p. 59)

Essas definições possuem pontos de convergência e consenso, principalmente quando se trata da questão social da Educação Financeira, uma vez que essa Unidade Curricular parte da premissa de que se pode compreender o dinamismo da utilização consciente, social e responsável do dinheiro.

Concomitantemente com essas definições, a Instrução Normativa n.º 007/2023 apresenta algumas premissas para o trabalho com a Educação Financeira, são elas,

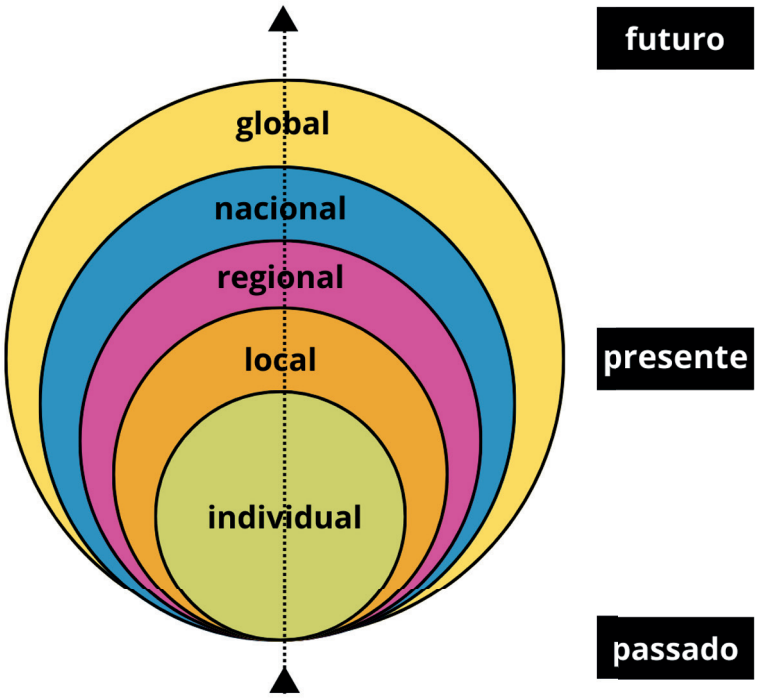
> - Conhecimentos da economia básica, da história da moeda, da influência da inflação na economia nacional e internacional, a partir da análise das políticas monetárias e dos efeitos das relações econômicas globais;
> - Compreensão do funcionamento da economia e das interações entre diferentes agentes econômicos;
> - Compreensão da organização financeira, na definição de metas factíveis, como prática eficiente para o controle financeiro;
> - Promoção de uma relação saudável e postura consciente frente ao consumo, visando ao planejamento financeiro e ao uso de recursos diversos;
> - Compreensão do funcionamento do mercado de trabalho, dos princípios da legislação trabalhista e das opções de carreira;
> - Desenvolvimento do projeto de vida, por meio da criatividade, do pensamento crítico, da inovação e do empreendedorismo. (PARANÁ, 2023a, p. 2)

Dessa forma, a utilização consciente e responsável das finanças é de suma importância, não podendo ser entendida como uma Unidade Curricular alheia à realidade dos estudantes da Rede Pública Estadual do Paraná, e que, estaria apenas conectada aos interesses de indivíduos e/ou grupos familiares que possuem condições financeiras mais elevadas.

Tal afirmativa, segundo o Plano Diretor da ENEF (2017), é uma compreensão errônea, uma vez que a educação financeira não se limita a classes sociais, mas está ligada ao **planejamento**, **consciência** e **responsabilidade** do uso do dinheiro e que pode possibilitar a um grupo familiar com menos recursos financeiros atingir seus objetivos e metas.

A ENEF, a partir do seu Plano Diretor (2017), estipula duas dimensões em que a Educação Financeira pode atuar. A **dimensão espacial** seria aquela na qual as ações individuais da educação financeira refletem sobre o social, compreendendo os níveis individuais, locais, regionais, nacionais e globais. E a **dimensão temporal**, refere-se às ações tomadas no passado que podem causar impactos no presente e no futuro. Conforme apresentado a seguir na figura 1.

Figura 1 - Dimensões espacial e temporal da educação financeira.



Fonte: autoria própria, com base em ENEF, 2017.

Embora ainda não estivessem sistematizadas, as discussões acerca do ensino da educação financeira na educação básica brasileira já vinham acontecendo desde 2010, com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que empregou um grande esforço para inserir o tema nas escolas.

A Educação Financeira é uma Unidade Curricular que busca promover a ressignificação dos hábitos de consumo, controle das finanças pessoais e ampliação da consciência sobre o que é realmente importante adquirir como bens e serviços, tendo como parâmetro a dicotomia entre necessidade *versus* sustentabilidade.

Em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 12, cuja meta é "Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis", a Educação Financeira vai ao encontro do conceito elaborado no item 12.8 no qual lê-se: "Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza" (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022, n.p.).

Nem sempre é fácil, manter na perspectiva pessoal, uma demanda social de tamanha envergadura, mas é importante frisar que, a Educação Financeira tem como seus pressupostos "exercer de forma crítica e sustentável sua cidadania e resolver problemas da vida cotidiana" (ibid.). Logo, o estudante necessita apropriar-se de conhecimentos e práticas para melhor gerenciar sua vida financeira, analisando suas escolhas e necessidades, delineando um caminho para um consumo mais consciente e, ao mesmo tempo, exercendo apropriadamente a sua cidadania, levando em consideração as dimensões já apontadas.

A partir da BNCC, a Educação Financeira passa a ser obrigatória em todas as etapas da Educação Básica como tema transversal e deve ser abordada de forma interdisciplinar nos currículos, com a intenção de que os estudantes aprendam a administrar o dinheiro de forma responsável.

Nessa perspectiva, a educação financeira não deve ficar restrita apenas às aulas de matemática e sim, permear todo o currículo, envolvendo as questões do consumo, trabalho e dinheiro nas diferentes dimensões, como a psicológica, cultural, social e política. Um exemplo seria o desenvolvimento de um projeto com a História, no qual se estudaria o dinheiro e sua função na sociedade, a relação entre dinheiro e tempo, os impostos em sociedades diversas, o consumo em diferentes momentos históricos e até mesmo estratégias atuais de *marketing* (BRASIL, 2018).

Por meio da educação financeira, os estudantes poderão entender, por exemplo:

- A importância de estabelecer metas e fazer um planejamento financeiro, inclusive para a aposentadoria;
- Como e porque evitar o acúmulo de dívidas;
- Como sair do endividamento;
- De que maneira utilizar o crédito com responsabilidade e assertividade;
- A importância de investir;
- Como ingressar no mercado de trabalho;
- Noções de empreendedorismo;
- Conhecer e aplicar a Matemática Financeira;
- Conhecer as diferentes moedas digitais;
- Noções de produtos bancários;
- Compreender como funcionam os tributos e o controle social.

Essas questões são relevantes também quando se pensa em saúde pública e qualidade de vida da população, uma vez que, segundo a pesquisa intitulada “O bolso do brasileiro”, realizada pelo Instituto Locomotiva e XP Investimentos em 2020, a falta de dinheiro e o acúmulo de dívidas estão entre as principais causas de adoecimento mental da população.

O currículo da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná possui uma inter-relação com os conceitos e concepções apresentados até aqui e tem como base a proposta da BNCC para Educação Financeira. No **Caderno de Itinerários Formativos 2023**, espera-se que a Educação Financeira seja,

> viabilizada de forma intencional no espaço escolar, contribua com a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, além dos seus próprios, com mais segurança, domínio, controle e conhecimento técnico do tema, entendendo que essa atitude faz parte de seu exercício de cidadania. (PARANÁ, 2022, p. 44)

Além disso, o Caderno de Itinerários Formativos 2023, da Rede Estadual de Ensino, prevê que, em Educação Financeira, os estudantes aprendam o “para quê” estão se aprofundando nesta Unidade Curricular e não apenas o “por quê”. Uma das respostas a esse “para quê” está citada na ementa de Educação Financeira, a saber, “no mundo contemporâneo existe um número cada vez mais expressivo de bens e serviços que podem ser usufruídos, porém, em contrapartida requer uma consciência e responsabilidade na tomada de decisões sobre sua utilização” (PARANÁ, 2022, p. 45).

Tendo em vista a importância da educação financeira na formação de cidadãos mais conscientes em relação às suas finanças, trabalhar com esse tema nas escolas também pode impactar positivamente as famílias a partir de uma proposta multiplicadora, uma vez que os estudantes tendem a levar os conhecimentos adquiridos para casa.

Ademais, ao pensar a etapa do Ensino Médio, a educação financeira se torna ainda mais relevante na formação de consumidores conscientes e ativos na sociedade, pois os estudantes estão em um momento da vida no qual começam a se interessar em ter o primeiro emprego e utilizar seus próprios recursos financeiros para projetos pessoais ou complementação da renda familiar.

Assim sendo, no contexto do Ensino Médio, espera-se que o aprendizado a respeito da educação financeira se converta em práticas de uso consciente e responsável dos recursos financeiros por parte dos estudantes.

2. COMO A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA VEIO A SE TORNAR UMA UNIDADE CURRICULAR?

A discussão a respeito da inserção da Educação Financeira no ambiente educacional é uma demanda que vem sendo debatida há alguns anos no Brasil por parte dos professores, dos governos e de outras instituições, e tem como um dos seus marcos a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010.

A ENEF foi criada por meio do Decreto Federal n.º 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal n.º 10.393/2020, com o objetivo de promover a educação financeira e colaborar com o fortalecimento da cidadania, auxiliando a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. O Decreto Federal n.º 10.393/2020 institui também o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), colegiado que é composto por representantes de diversos órgãos e entidades, entre eles o Ministério da Educação.

Na BNCC, a educação financeira é trabalhada como um tema transversal e deve permear todos os componentes curriculares. Entretanto, ressalta-se que a BNCC é um documento orientador apenas para a parte do currículo conhecida como Formação Geral Básica (FGB). No Estado do Paraná, além de estar presente na FGB como tema transversal, a Educação Financeira é destacada como uma Unidade Curricular da Parte Diversificada do currículo, incluída na Parte Flexível Obrigatória (PFO) dos Itinerários Formativos (IFs) e está presente nas três séries do Ensino Médio.

Por fazer parte dos IFs, a Educação Financeira, nesta etapa de Ensino, tem como documento orientador a Portaria n.º 1.432/18 que estabelece os Referenciais para Elaboração dos Itinerários Formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. De acordo com a ementa de Educação Financeira presente no Caderno de Itinerários Formativos 2023,

> Por meio do desenvolvimento de competências específicas a possibilidade de conquistar uma melhor qualidade de vida; por meio do uso consciente do dinheiro, do gerenciamento de seu consumo e planejamento financeiro, os estudantes podem fazer escolhas mais assertivas, aumentando a parcela de indivíduos autônomos em relação a suas finanças pessoais, afastando-se de dívidas descontroladas, fraudes e situações arriscadas que comprometem seu bem-estar social. (PARANÁ, 2022, p. 45)

Sendo a escola o ambiente no qual crianças, adolescentes e jovens adquirem os conhecimentos historicamente sistematizados, bem como desenvolvem seu processo de socialização, a Educação Financeira no Ensino Médio tem como objetivo contribuir com a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade em que estão inseridos.

3. COMO DESENVOLVER A UNIDADE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA?

Como Unidade Curricular da Parte Flexível Obrigatória, a proposta para o trabalho com a Educação Financeira no Ensino Médio paranaense deve ser pensada sob a ótica do desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas na Portaria n.º 1.432/18, tendo como base os Eixos Estruturantes.

A partir desse pressuposto, é importante garantir que a Educação Financeira perpasse os quatro **Eixos Estruturantes** (Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo) e suas habilidades correlacionadas, como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Habilidades dos Itinerários Formativos Associadas às Competências Gerais da BNCC

EIXO ESTRUTURANTE	ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	ÁREA DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	**HABILIDADES RELACIONADAS AO PENSAR E FAZER CIENTÍFICO:** **(EMIFCG01)** Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais. **(EMIFCG02)** Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. **(EMIFCG03)** Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.				
PROCESSOS CRIATIVOS	**HABILIDADES RELACIONADAS AO PENSAR E FAZER CRIATIVO:** **(EMIFCG04)** Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade. **(EMIFCG05)** Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática. **(EMIFCG06)** Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.				
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	**HABILIDADES RELACIONADAS À CONVIVÊNCIA E ATUAÇÃO SOCIOCULTURAL:** **(EMIFCG07)** Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis. **(EMIFCG08)** Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade. **(EMIFCG09)** Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.				
EMPREENDEDORISMO	**HABILIDADES RELACIONADAS AO AUTOCONHECIMENTO, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA:** **(EMIFCG10)** Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade. **(EMIFCG11)** Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade. **(EMIFCG12)** Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.				

Fonte: Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos (BRASIL, 2020, p. 10).

No Caderno de Itinerários Formativos 2023, a Educação Financeira preconiza o ensino **interdisciplinar**, a **contextualização** com a realidade do estudante e o mundo real, e o estabelecimento de **relações** com situações cotidianas.

Essa noção de prática pedagógica que envolve o ensino interdisciplinar, contextualização e o ensino por competências e habilidades são pilares para uma **formação integral** do estudante, que não observa apenas o desenvolvimento cognitivo, mas suas competências e habilidades socioemocionais, permitindo que o estudante tenha acesso à uma gama diversificada de aprendizagens essenciais para sua vida.

Como visto anteriormente, a Educação Financeira está intimamente ligada à realidade de todos os cidadãos. Lidar com o dinheiro e questões relacionadas às finanças, por muitas vezes, pode ser considerado um tabu, contudo, quanto mais esse tema é explorado em sala de aula, mais fácil e inteligível essas questões se tornam para os estudantes e, consequentemente, para a sociedade.

A partir disso, o foco da proposta curricular para Educação Financeira no Paraná está pautado em **Objetivos de Aprendizagem**. Mas, o que vem a ser o Objetivo de Aprendizagem?

Em um primeiro olhar, pode-se facilmente confundir Objetivo de Aprendizagem com objetivo de aula, contudo, apesar de parecerem similares eles não o são.

Enquanto os objetivos de aula são mais específicos, compreendendo os conteúdos, métodos e encaminhamentos para uma determinada aula, os Objetivos de Aprendizagem são mais abrangentes, pois referem-se à “tradução” das habilidades de um determinado Eixo Estruturante para a especificidade da Unidade Curricular. Dessa forma, para desenvolver um Objetivo de Aprendizagem são necessários diferentes objetivos de aula.

Vejamos o exemplo de uma habilidade do Eixo estruturante Processos Criativos:

> (EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos. (PARANÁ, 2022, p. 46)

Como competência geral, essa habilidade pode ser trabalhada por todas as Unidades Curriculares da Parte Flexível, contudo, o que trará a especificidade de cada Unidade Curricular para essa competência geral são os Objetivos de Aprendizagem. Assim sendo, o Objetivo de Aprendizagem possibilita desenvolver essa habilidade a partir da especificidade da Unidade Curricular de Educação Financeira, como pode-se observar no quadro 2, abaixo.

Quadro 2 - Quadro organizador - Educação Financeira 1ª série do Ensino Médio

HABILIDADE DO EIXO PROCESSOS CRIATIVOS **(EMIFCG06)** Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.			
Objetivos de aprendizagem	**Objetos do Conhecimento**	**Conteúdos**	**Sugestão de carga horária**
Reconhecer a necessidade da Educação Financeira e suas implicações nas decisões de consumo.	A Educação Financeira.	A importância da Educação Financeira e suas aplicações.	02

Fonte: PARANÁ, 2022, p. 46.

Como nota-se, na ementa da Unidade Curricular Educação Financeira, o Objetivo de Aprendizagem relacionado a esta habilidade é: “Reconhecer a necessidade da Educação Financeira e suas implicações nas decisões de consumo” (PARANÁ, 2022, p.46). Percebe-se, então, que essas habilidades foram “traduzidas” para a especificidade da Unidade Curricular de Educação Financeira, possibilitando que o professor possa desenvolvê-las com vistas à sua Unidade Curricular.

É importante destacar também que, para o pleno desenvolvimento da Educação Financeira, é imprescindível levar em consideração as múltiplas formas de se aprender. Ou seja, utilizar metodologias que integrem os estudantes com o processo de ensino e aprendizagem e os coloque no centro desse processo. Dessa forma, o método ativo torna-se uma ferramenta importante com possibilidades de desenvolvimento da Unidade Curricular.

O método ativo, ou metodologia ativa, possibilita que o estudante possa desenvolver competências e habilidades diferentes, que estão diretamente relacionadas com o cotidiano, com aspectos culturais, sociais e emocionais, partindo de níveis mais simples para níveis mais complexos.

> A aprendizagem é ativa e significativa quando avançamos em espiral, de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e competência em todas as dimensões da vida. Esses avanços realizam-se por diversas trilhas com movimentos, tempos e desenhos diferentes, que se integram como mosaicos dinâmicos, com diversas ênfases, cores e sínteses, frutos das interações pessoais, sociais e culturais em que estamos inseridos. (MORAN, 2018, p. 37-38)

Outro ponto importante neste aspecto é que o estudante seja o centro do processo de ensino e aprendizagem, e que possa desenvolver suas competências e habilidades de forma completa e não apenas como sujeito passivo. Nesse sentido, o professor assume um papel de mentor e orientador desse processo, possibilitando que o estudante possa assumir seu papel de protagonista na educação.

> O professor como orientador ou mentor ganha relevância. O seu papel é ajudar os alunos a irem além de onde conseguiriam ir sozinhos, motivando, questionando, orientando. Até alguns anos atrás, ainda fazia sentido que o professor explicasse tudo e o aluno anotasse, pesquisasse e mostrasse o quanto aprendeu. Estudos revelam que quando o professor fala menos, orienta mais e o aluno participa de forma ativa, a aprendizagem é mais significativa. (DOLAN e COLLINS, 2015 *apud* MORAN, 2018, p.40)

No próximo tópico serão apresentadas algumas sugestões de metodologias ativas que podem ser desenvolvidas em sala de aula pensando na Unidade Curricular de Educação Financeira.

4. COMO PLANEJAR AS AULAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

Como destacado anteriormente, é imprescindível que o professor tenha como ponto de partida para seu planejamento os **Objetivos de Aprendizagem**. A partir deles, poderá estruturar qual o melhor caminho para auxiliar seus estudantes a atingirem esses objetivos.

Concomitante a isso, é de suma importância que os estudantes sejam considerados como sujeitos ativos nesse processo de ensino e aprendizagem. Eles precisam encontrar no professor possibilidades de diálogo para a escuta ativa e uma mediação responsável, de maneira que se sintam à vontade para exporem suas dúvidas, dificuldades e anseios em relação às finanças e ao futuro.

Para que isso aconteça, sugere-se que o tema da educação financeira seja aproximado da vida cotidiana dos estudantes, levando em conta as realidades vivenciadas e os contextos sociais, culturais e econômicos de cada região do estado.

A fim de apoiar o trabalho do professor nesse processo, além de documentos curriculares, como a ementa de Educação Financeira, disponível no Caderno de Itinerários Formativos 2023, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná disponibiliza diferentes recursos de apoio e orientação, dentre os quais destaca-se o RCO+Aulas e o Grupo de Estudos Formadores em Ação.

O **RCO+Aulas** é um módulo de planejamento disponibilizado no Registro de Classe Online (RCO), no qual o professor encontra planos de aula específicos para as disciplinas/componentes/unidades curriculares e séries para as quais leciona, com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos.

O **Grupo de Estudos Formadores em Ação** é uma proposta de formação continuada entre pares que objetiva promover a melhoria da aprendizagem, pela implementação de metodologias e estratégias de ensino, que incentivem o protagonismo dos estudantes. Essa formação é pautada na valorização de saberes e na troca de experiências entre os profissionais da educação do Paraná.

Em consonância com os pressupostos apresentados, sugere-se que o planejamento do professor contemple diferentes **metodologias ativas** como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas, a sala de aula invertida, os estudos de caso e a gamificação, entre outras, como pode ser observado na figura 2, abaixo.

Figura 2 - Metodologias ativas para a Educação Financeira

Fonte: autoria própria, com base no Gênio das finanças, 2023.

Sugere-se também que sejam utilizados recursos didáticos variados, como, por exemplo: recursos digitais (computadores, *tablets*, celulares, ambientes virtuais de aprendizagem, aplicativos digitais, simuladores etc.); recursos audiovisuais (vídeos, áudios, músicas, imagens etc.); recursos analógicos e impressos (*flip chart*, cartolinas, papel sulfite, textos impressos, livros etc.).

Por fim, a indicação é de que, na medida do possível, as aulas sejam trabalhadas de maneira interdisciplinar, relacionando a educação financeira com as diferentes Áreas de Conhecimento, por exemplo:

Em conjunto com a Área de Ciências da Natureza, pode-se trabalhar a relação entre consumo e meio ambiente; com a Área de Matemática, os conceitos básicos de economia e finanças; com a Área de Linguagens, o vocabulário relacionado às finanças ou a monetização das diferentes manifestações artísticas e, com a Área de Ciência Humanas e Sociais Aplicadas, pode-se abordar assuntos relacionados à história da moeda e da economia, indicadores socioeconômicos, relações de trabalho e setores de produção, bem como a ética relacionada ao dinheiro e seus impactos sociais.

5. COMO AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

A avaliação, por vezes, é um tema de intensos debates entre professores, estudiosos e profissionais da educação. E não por menos. Esse tema gera discussões sobre como avaliar, quais instrumentos e critérios avaliar, e o porquê de se avaliar. Nesse sentido, pensando nas alterações ocorridas no NEM, e no contexto da Unidade Curricular de Educação Financeira, se faz necessário pensar novas formas de avaliação, levando em consideração essas mudanças preconizadas na BNCC.

Cabe ressaltar então, como é pensada a avaliação processual contínua para a Educação Financeira, evitando a tendência de se avaliar unicamente o produto final do projeto. Vejamos, como os tipos de avaliação.

A **avaliação formativa** é um importante instrumento para que se possa compreender os diferentes níveis de desenvolvimento curricular dos estudantes, uma vez que, na proposta curricular do NEM, não apenas os conhecimentos cognitivos serão desenvolvidos, mas também os conhecimentos socioemocionais.

A **avaliação somativa** tem como objetivo mensurar e classificar o estudante dentro de um processo de desenvolvimento e seu progresso é determinado por exames avaliativos realizados ao final de um período escolar.

A **avaliação diagnóstica** pretende verificar em que estado, no momento presente, o estudante está e quais competências e habilidades ele está desenvolvendo ou, se, ainda está em processo de aquisição.

É importante destacar a importância da **avaliação processual**, que, em linhas gerais, atenta-se para todo o processo de construção do conhecimento, e não apenas para o "produto final", ou a avaliação final do estudante.

Outras ferramentas e metodologias avaliativas podem ser utilizadas para as aulas de Educação Financeira. Como, por exemplo, os seminários e a construção de portfólios.

Os **Seminários** são considerados uma forma eficiente de abordar as temáticas de "uso consciente dos recursos financeiros, poupança e investimentos". Os estudantes, após orientações prévias do professor, podem ter neste espaço, a possibilidade de desenvolverem um conjunto de habilidades relacionadas às competências socioemocionais, através da autorregulação emocional e práticas de oratória, a capacidade de síntese e exposição de conteúdo.

O uso e a **construção de portfólios** é outro instrumento muito útil para o fazer docente, pois permite o registro da trajetória do saber construído pelo estudante ao longo do processo de ensino e aprendizagem. As ações desenvolvidas poderão ser registradas de forma impressa ou digital, de modo a identificar, durante determinado período, o progresso do estudante. Desta forma, a avaliação poderá ter um caráter formativo e não apenas voltada para uma nota ao final do processo.

Pensando ainda na avaliação no contexto do NEM, é importante destacar que, "o desempenho escolar é entendido como a verificação da capacidade para mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, de forma que estes possam ser articulados e integrados" (PARANÁ, 2022, p. 64).

> O processo avaliativo deve ser realizado de forma contínua e cumulativa, considerando os objetivos de aprendizagem que buscam o desenvolvimento integral do estudante. Neste sentido, a avaliação também precisa ser entendida como processual, ou seja, possibilitar ao professor diagnosticar como está o desenvolvimento do estudante e, a partir de então, desenvolver novas ações, utilizando metodologias diferenciadas, a fim de apoiá-lo em seu desenvolvimento integral. Assim, a avaliação se constitui o fio condutor do processo de ensino-aprendizagem. (PARANÁ, 2023b, p. 10)

Percebe-se então que, a avaliação no contexto do NEM, rompe por completo com um modelo de avaliação "tradicional", pois, apenas provas objetivas e descritivas não compreendem a totalidade da dimensão do NEM. Dessa forma, é importante recorrer a novas ferramentas para um trabalho avaliativo que compreenda essas mudanças no bojo do Novo

Ensino Médio. Uma dessas ferramentas são as **rubricas**.

Ao falar de rubricas é importante definir o que são e para que servem. Neste sentido, Biagiotti (2005) nos apresenta uma importante definição do tema.

> Rubricas são esquemas explícitos para classificar produtos ou comportamentos, em categorias que variam ao longo de um contínuo. Podem ser usadas para classificar qualquer produto ou comportamento, tais como redações, ensaios, trabalhos de pesquisa, apresentações orais e atividades. A avaliação pode ser feita pelos próprios estudantes, ou por outros, como professores, outros alunos, supervisores de trabalho ou revisores externos. Rubricas podem ser usadas para prover feedback formativo dos alunos, para dar notas ou avaliar programas. (BIAGIOTTI, 2005, p. 2)

As rubricas são uma poderosa ferramenta que auxilia o professor na categorização, esquematização e análise do progresso escolar dos estudantes, fornecendo subsídios para que possa compreender quais são as dificuldades de seus estudantes e prontamente encontrar maneiras de auxiliá-los nesse processo.

Em um primeiro momento, Biagiotti (2005) aponta que, inclusive, pode-se pensar que as rubricas proporcionam uma “economia” de tempo para o professor. Contudo, o processo de elaboração dessas rubricas deve seguir algumas características, tais como: facilidade, objetividade, granularidade, ser gradativa, ter transparência, herança, associativa, reutilização, padronização e clarificação.

Ainda segundo Biagiotti (2005), as rubricas podem ser compreendidas de duas formas, as rubricas holísticas e as rubricas de dimensão analítica. As rubricas holísticas são aquelas que procuram observar o “produto final”, ou, a avaliação final de uma forma integral, analisando critérios previamente estabelecidos pelo professor. Já nas rubricas analíticas pode-se dividir a análise, trabalhando as etapas separadamente, especificando cada uma pelo nível de desempenho e compreensão.

A seguir, apresenta-se alguns exemplos de matriz de rubricas que podem ser utilizadas pelo professor, de acordo com as habilidades do eixo e objetivos de aprendizagem que estão sendo avaliados.

Quadro 3 - Habilidades do Eixo e Objetivos da 1ª série do Ensino Médio

HABILIDADES DO EIXO EMPREENDEDORISMO **(EMIFCG10)** Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade. **(EMIFCG11)** Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.			
Objetivos de aprendizagem	**Objetos do conhecimento**	**Conteúdo**	**Sugestão de carga horária**
Conhecer as características que constituem o perfil de um empreendedor. Compreender os processos relacionados ao ato de empreender e a necessidade de planejamento. Reconhecer como o plano de negócios organiza o início ou a ampliação de um empreendimento. Utilizar ideias de empreendedorismo para simulação da implantação de um empreendimento.	Empreendedorismo	Perfil empreendedor. Agregando valor a um produto. Plano de negócio.	8

Fonte: PARANÁ, 2022.

Para esses objetivos e habilidades, foram elencadas as seguintes rubricas:

Figura 3 - Modelo de Rubrica Holística

RUBRICA HOLÍSTICA			
CRITÉRIOS	**INSUFICIENTE** **0,0**	**REGULAR** **0,5**	**BOM** **1,0**
CONHECIMENTO	Não conhece as características que constituem o perfil de um empreendedor.	Conhece poucas características que constituem o perfil de um empreendedor.	Conhece diversas características que constituem o perfil de um empreendedor.
COMPREENSÃO	Não compreende os processos relacionados ao ato de empreender e a necessidade de planejamento.	Compreende pouco os processos relacionados ao ato de empreender e a necessidade de planejamento.	Compreende bem os processos relacionados ao ato de empreender e a necessidade de planejamento.
RECONHECIMENTO	Não reconhece como o plano de negócios organiza o início ou a ampliação de um empreendimento.	Reconhece pouco como o plano de negócios organiza o início ou a ampliação de um empreendimento.	Reconhece bem como o plano de negócios organiza o início ou a ampliação de um empreendimento.
UTILIZAÇÃO	Não utiliza ideias de empreendedorismo para simulação da implantação de um empreendimento.	Utiliza poucas ideias de empreendedorismo para simulação da implantação de um empreendimento.	Utiliza diversas ideias de empreendedorismo para simulação da implantação de um empreendimento.

Fonte: autoria própria, 2023.

Figura 4 - Modelo de Rubrica Analítica

RUBRICA ANALÍTICA	
ESCALA	**DESCRIÇÃO**
5	Realizou a atividade com excelência.
4	Realizou a atividade bem.
3	Realizou a atividade corretamente.
2	Realizou a atividade com alguns erros.
1	Realizou a atividade com muitos erros.
0	Não realizou a atividade.

Fonte: autoria própria, 2023.

Essas matrizes de rubricas são exemplos que podem ser utilizados pelo professor e devem ser customizadas conforme suas **necessidades** e **intencionalidades**.

Professor, espera-se que este Guia possa contribuir para sua trajetória de apropriação dos conhecimentos teóricos e práticos, essenciais para sua atuação na Unidade Curricular de Educação Financeira. Esse tempo de leitura e estudo será fundamental para sua formação continuada, considerando também o referencial teórico disponibilizado aqui para realização de estudos de aprofundamento individuais e coletivos, visando a ampliação do acervo de referências, tanto teóricas quanto práticas, que possam ser incorporadas em sua trajetória como professor no Ensino Médio paranaense.

REFERÊNCIAS

BIAGIOTTI, Luiz Cláudio Medeiros. Conhecendo e aplicando rubricas de avaliações *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 12., 2005, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, ABED, 2005. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/007tcf5.pdf. Acesso em 23 out. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

_____. **Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos**. Brasília, 2020. Disponível em: https://novo-ensino-medio.saseducacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Referenciais-Curriculares-para-elaboracao-dos-Itinerarios-Formativos.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Plano Diretor**. Brasília, 2017.

GÊNIO das Finanças. O impacto das metodologias ativas na educação financeira. Gênio das finanças, 2023. Disponível em: https://geniodasfinancas.com.br/blog/metodologias-ativas/. Acesso em 24 out. 2023

MONTEIRO, David Maccalikes Marques. [Dissertação] **Educação Financeira no Ensino Médio**. Rondonópolis, 2023. Disponível em: https://sca.profmat-sbm.org.br/profmat_tcc.php?id1=7204&id2=171056100. Acesso em: 23 out. 2023.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *In*: BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018 (e-pub).

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12. Acesso em: 01 nov. 2023.

OCDE/OECD – *Organisation for Economic and Co-Operation Development*. ***Improving Financial Literacy. Analysis of Issues and Policies***. Paris, 2005.

PARANÁ. Caderno de Itinerários Formativos 2023 - Ementa das Unidades Curriculares Ofertadas. Curitiba, 2022. Disponível em: https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=49298&ext=pdf&k=285a216f38. Acesso em 23 out. 2023.

_____. Instrução Normativa n.º 007/2023 - DEDUC/SEED. Instrui as instituições de ensino da rede pública estadual quanto à oferta e prática docente para a Educação Financeira. Curitiba: DEDUC/SEED, 2023a.

_____. Orientação nº 001/2023 – DEDUC/SEED. Orienta as instituições da rede pública estadual de educação sobre o Currículo para o Novo Ensino Médio. Curitiba: DEDUC/SEED, 2023b.